

A DINÂMICA AGROEXPORTADORA BRASILEIRA:
MUDANÇA ESTRUTURAL, VANTAGEM COMPARATIVA
E FONTES DE CRESCIMENTO*

*Fátima Marília Andrade de Carvalho***

RESUMO - O processo de redução do ritmo de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras, desde o final da década de 1970, apesar de generalizado, atinge, de forma mais acentuada, o grupo dos exportáveis tradicionais. Simultaneamente, vão ocorrendo mudanças na estrutura da pauta em termos de maior diversificação, passando a liderar *commodities* com maior valor adicionado ou maior grau de industrialização. Os indicadores de vantagem comparativa revelam essa dinâmica, e a decomposição das fontes de crescimento das exportações, obtida pela aplicação do método de Constant-Market-Sharl (CMS), mostra a importância do crescimento do comércio mundial e da competitividade na explicação do desempenho das exportações brasileira, da década de 1970 ao início dos anos 1990. A expansão da capacidade tecnológica aparece como alternativa mais viável na consolidação de vantagens comparativas já adquiridas em setores tradicionais, na sua ampliação em setores que sinalizam os espaços potenciais e na exploração de novas vantagens comparativas, em nichos de mais alta tecnologia.

Termos para indexação: Comércio internacional, exportações agroindustriais.

* Parte da tese de doutoramento "O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial", apresentada à ESALQ/USP, em outubro de 1995.

** Professora adjunta do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 36571-000, Brasil.
E.mail: DERXFMAC@BRUFV.BITNET.

THE BRAZILIAN AGRIBUSINESS EXPORT DYNAMIC: STRUCTURAL CHANGE, COMPARATIVE ADVANTAGE AND SOURCES OF GROWTH

ABSTRACT - *The objective of this study is to analyze Brazilian agroindustrial export behavior during the last few decades, considering the Brazil's insertion in the new international market context and the main factors that directed the country towards this position. The modification process of the export list is being led, especially, by soybean meal products, chemical wood paste, orange juice, cloths, skins and hides among others. This result is made evident by the Comparative Advantage Measurements (CAM), and the analysis of the sources of the export growth, using the Constant-Market-Share (CMS) method which revealed the importance of world trade growth and competition in the performance of the Brazilian agricultural industry from the end of the 70's to the beginning of the 90's. The major growth stimulus in the agricultural export sector resulted directly from the dynamics of international trade and the expansion of technological capacity. Of these two factors, the second appears to be the most reasonable alternative in the consolidation of comparative advantages already incorporated by the traditional sector, in its application to the sectors which indicate potential markets and in the exploration of new comparative advantages in niches of the highest technology.*

Index terms: International trade, agroindustrial exports.

INTRODUÇÃO

A literatura econômica mais recente¹ apresenta evidências empíricas que comprovam o processo de inversão de tendência do padrão de crescimento que o setor agrícola brasileiro vem experimentando desde a crise econômica, que se originou na década de 1970, concretizou-se no iní-

1 Lopes, M. R., 1987; Manoel, A. & Barros, J. R. M., 1987. Dias, G.L.S, 1989. Resende, G. C., 1988, Goldin, J & Resende, G. C., 1993.

cio dos anos 1980, com o fim dos fluxos de poupança externa, e desenvolveu-se ao longo dos anos seguintes. A contratendência do crescimento do intercâmbio agrícola dos anos 1970 configura-se na perda da dinâmica das exportações, desde o início da década de 1980, e, mais recentemente, na estagnação do setor exportador com conseqüentes perdas de auto-suficiência e capacidade produtiva da agricultura. Os baixos incentivos dos preços externos das *commodities* agrícolas, a auto-suficiência dos principais países importadores e a queda da demanda externa diante dos problemas de endividamento e escassez de divisas são alguns indicadores explicativos do quadro atual.

O maior dinamismo do mercado interno passa a ser o principal motor do crescimento da economia brasileira, impulsionado por incentivos vindos do próprio mercado. A evolução mais favorável dos termos de troca domésticos e os preços internos mais atraentes trazem, como conseqüência, a melhoria da produção para consumo interno.

Com exceção de algumas safras — 1980/1981 e 1986/1987 —, os índices de crescimento da produção dos exportáveis têm sofrido reduções. Estatísticas do volume exportado, no período de 1977 a 1985, mostram decréscimos de alguns produtos, como cana-de-açúcar — 9% — e mamona — 50% —; constância no volume exportado de outros, como café e cacau; e evolução crescente apenas para o suco de laranja — 14% — (MANOEL e BARROS, 1987).

Em síntese, os produtos comercializáveis que lideravam o processo de expansão do produto agrícola no mercado internacional perderam posição relativa para os não-comercializáveis. A agricultura passou a manter seu crescimento, explorando o potencial representado pelo mercado interno. A modernização tecnológica da atividade agrícola, que possibilitou a elevação da produtividade da terra e do trabalho, e mais recentemente, o dinamismo do setor agroindustrial responderam, parcialmente, pela nova performance da agricultura dos anos 1980.

Foram fundamentais no direcionamento da agricultura brasileira para o mercado interno, além das mudanças ocorridas no comércio mundial — como preços desestimuladores, desajustes causados ao setor exportador agrícola pela política comercial, com taxações explícitas e implícitas — as transformações macroeconômicas, — altas taxas de juros e redução dos financiamentos. Da mesma forma, a política cambial, cujas desvalorizações concedidas exauriram-se rapidamente em razão da alta da inflação afetou, de forma significativa, a performance das

exportações agrícolas.

Nesse contexto, a agricultura de exportação tem apresentado tendência generalizada de redução do seu ritmo de crescimento, mais acentuadamente no seu subsetor de exportáveis tradicionais. MAINON *et alii* (1991), ao analisar o comportamento da produção agrícola na década de 1980, verificaram a expansão da produção de alimentos básicos — feijão, milho, arroz e mandioca — e de culturas voltadas para a substituição de importações — trigo e cana-de-açúcar. Embora a quantidade produzida dos bens agrícolas exportáveis analisados — soja, laranja, cacau e café — tenha também se expandido, o valor exportado não seguiu a mesma tendência, em razão da já mencionada conjuntura adversa do mercado internacional de *commodities*.

Essa perda de dinâmica das exportações brasileiras configura, para os anos 1980, uma realidade diferente da experimentada na década de 1970. De um contexto de liderança da agricultura de exportação, impulsionada por preços internacionais favoráveis, por incentivos financeiros à produção e por investimentos em inovações tecnológicas, além da influência indireta dos incentivos às exportações de produtos industrializados, passou-se, na década de 1980, para um novo cenário: a perda de espaço no mercado internacional de produtos antes importantes na pauta das exportações agrícolas brasileiras. Como exemplo, LOPES (1987) cita os casos do arroz, do milho e do algodão, cujo abastecimento interno passou a ser, com freqüência, dependente de importações. Evidência clara desse fenômeno são os picos da importação brasileira de grãos ocorridos ao final da década de 1970, em 1986 e no início da década de 1990 (JANK, 1994).

Condições externas de recessão mundial e aumento do protecionismo por parte dos países desenvolvidos trouxeram conseqüências importantes para o quadro evolutivo das exportações brasileiras na década de 1980. MANOEL e BARROS (1987) chamam atenção para o acúmulo de estoques mundiais de produtos agrícolas na primeira metade dos anos 1980 e para o decréscimo das importações de bens nos EUA e na CEE.

Internamente, em razão dos planos mais recentes de ajustamento econômico — a partir de 1986 — imposto à economia brasileira, os quais puseram fim ao sistema de financiamentos a taxas subsidiadas e reduziram os gastos públicos e outros incentivos à modernização, ficou cada vez mais difícil para o Brasil gerar superávits comerciais agrícolas. O atual cenário tem raízes históricas, por não ter o desenvolvimento do

setor ocupado espaço prioritário na formulação das estratégias econômicas dos sucessivos planos governamentais postos em prática desde a Segunda Guerra Mundial. Analisando o setor exportador agrícola, HOMEM DE MELO (1979) confirma essa ausência de estímulos desde 1949, apesar do já evidente desequilíbrio do balanço de pagamento.

As exportações de produtos agrícolas não receberam, nas últimas décadas, os mesmos incentivos dados às exportações de produtos manufaturados, por meio das políticas governamentais. Com o objetivo de controlar os preços dos alimentos e produzir superávits, sem elevar os preços internos, as autoridades estão fazendo uso da política cambial, de impostos de exportação e de controle de preços. Diferentes fatores contribuíram para a conformação desse contexto de crescimento e crise do setor agroexportador brasileiro. A alternância de modelos de desenvolvimento fechados e liberalizantes, contrastando medidas de estímulo ao crescimento das exportações com políticas de valorização do mercado interno, e as condições externas prevaletentes em diferentes momentos forçaram o setor aos ajustes necessários para enfrentar as crises.

Assim, a tendência de maior valorização do mercado interno, do novo padrão de crescimento agrícola dos anos 1980 faz parte dessa dinâmica de ajuste que incorpora um processo de redução do ritmo de crescimento das exportações, mas, ao mesmo tempo, provoca o incremento da atividade agroindustrial. Esse subsector exportador passa por uma substancial mudança de sua estrutura no sentido de maior diversificação da pauta, em que passam a liderar *commodities* com maior valor adicionado ou maior grau de transformação industrial, como farelos, pastas, suco de laranja, papel, tecidos de algodão e peles/couros.

A expansão mais rápida de alguns setores agroindustriais vem configurando, desde o início da década de 1980, uma nova natureza de inserção do Brasil no cenário internacional de exportações agrícolas, mais eficiente e competitiva.

PAULA (1993) analisa essa questão como

uma dinâmica recente que acaba depositando na capacidade das empresas processadoras internas uma importância maior, em termos de conquista de mercado, do que nas empresas apenas exportadoras, em grande parte voltadas para mercados já saturados e altamente protegidos.

Deve-se considerar, ainda, que os processos de integração e liberalismo econômico valorizam a competitividade, à qual está atrelada a eficiên-

cia do sistema agroindustrial.

A determinação da tendência do fluxo do comércio agrícola brasileiro no mercado mundial tem sua importância fundamentada no conhecimento dos espaços e nas oportunidades de crescimento que poderiam ser conquistados pelo capital agroindustrial nas próximas décadas, por meio de estratégias ofensivas que impliquem maior competitividade e capacidade de ocupar novos mercados, diante da ordem e da estrutura atuais do comércio mundial.

Os fatores que tiveram influência nesse processo de mudança são detectados com a aplicação do método de Constant-Market-Share, que permite decompor os principais indicadores de fontes de crescimento das exportações.

A análise da evolução dos coeficientes de Vantagem Comparativa Revelada demonstra tendência da mudança estrutural e permite identificar que produtos vêm dominando a estrutura da pauta de exportações brasileiras ao longo do tempo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para identificação das fontes de crescimento das exportações, tomou-se como referência o modelo de Constant-Market-Share (CMS), aplicado a várias análises dessa natureza, como em STERN (1967); BROWN (1969); LEAMER e STERN (1970) e TYLER (1976). No Brasil, HORTA (1983); GONÇALVES (1987); HORTA *et alii* (1993); ALMEIDA (1993), entre outros, que utilizaram o CMS em estudos sobre o comportamento das exportações de produtos manufaturados.

Em linhas gerais, o método atribui o crescimento favorável ou desfavorável do setor exportador tanto à estrutura das exportações do país quanto à sua competitividade. A pressuposição do modelo é de que o país em questão mantenha constante sua parcela de mercado no comércio mundial, sendo a diferença do crescimento das exportações implícita no modelo e sua efetiva performance atribuída ao efeito competitividade.

Assim, a taxa de crescimento das exportações é decomposta em quatro efeitos:

- crescimento do comércio mundial;

- composição da pauta de exportações;
- destino das exportações; e
- competitividade.

A análise, com base no modelo CMS, tem sua importância e interesse à medida que determina o peso de cada efeito nas exportações do país em questão, bem como mostra em que extensão essas se direcionam para mercadorias e, ou, mercados com maior potencial de expansão. Nesse sentido, os resultados poderiam indicar alternativas de atuação e sinalizar caminhos de distribuição das exportações, de forma a se perseguirem *market-shares* de maior dinamismo. Embora o método tenha caráter retrospectivo, há possibilidades de se fazerem inferências sobre o direcionamento do setor exportador para mercados mais favoráveis e sobre a concentração em mercadorias com perspectivas mais dinâmicas, sob a pressuposição de continuidade das tendências observadas nesses mercados.

O MODELO CMS

A forma mais simples do modelo CMS define a parcela de mercado de um país A como função de sua competitividade relativa.²

O modelo ampliado leva em consideração a estrutura das exportações do país, a qual, mesmo na ausência de mudanças na competitividade relativa, pode estar afetando o comportamento das exportações ao longo dos anos. As exportações podem estar concentradas em mercadorias cuja demanda está crescendo mais rapidamente, ou destinando-se prioritariamente a regiões de crescimento mais dinâmico e vice-versa.

A formulação específica usada neste trabalho considera como variável básica o valor das exportações, e as estimativas referem-se a pontos discretos no tempo:

$$V_{ij}^* - V_{ij} \equiv r_{ij} V_{ij} + (V_{ij}^* - V_{ij} - r_{ij} V_{ij}),$$

em que

2 O desenvolvimento do modelo está baseado em Richardson, J. D. (1970) e LEAMER & STERN (1970).

V_{ij} = valor das exportações da mercadoria i , do país A para o país j , período 1;

V_{ij}^* = valor das exportações da mercadoria i , do país A para o país j , período 2;

r_{ij} = incremento percentual das exportações mundiais da mercadoria i para o país j , do período 1 para o período 2.

Da mesma forma, esta equação pode ser agrupada em

$$\begin{aligned}
 V^*.. - V.. &\equiv \sum_i \sum_j r_{ij} V_{ij} + \sum_i \sum_j (V_{ij}^* - V_{ij} - r_{ij} V_{ij}) \\
 &\equiv rV.. + \sum_i (r_i - r) V_i. + \sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij} + \sum_i \sum_j (V_{ij}^* - V_{ij} - r_{ij} V_{ij}) \\
 &\qquad\qquad\qquad (a) \qquad\qquad\qquad (b) \qquad\qquad\qquad (c) \qquad\qquad\qquad (d)
 \end{aligned}$$

Essa identidade permite decompor a taxa de crescimento das exportações do país A em quatro efeitos. Os dois primeiros estão relacionados com fatores externos, e os dois últimos refletem a influência de fatores internos:

- efeito crescimento do comércio mundial: incremento observado se as exportações do país A tiverem crescido à mesma taxa de crescimento do comércio mundial;
- efeito composição da pauta: mudanças na estrutura da pauta com concentração em mercadorias com crescimento de demanda mais ou menos acelerado;
- efeito destino das exportações: mudanças decorrentes das exportações de mercadorias para mercados de crescimento mais ou menos dinâmicos; e
- efeito residual, representando competitividade.

Para o efeito composição da pauta $\sum_i (r_i - r) V_i.$, se as exportações mundiais da mercadoria i aumentarem mais que a média mundial para todas as mercadorias exportadas, $(r_i - r)$ é positiva e tornará forte esse efeito, se $V_i.$ for relativamente grande, ou seja, o efeito composição da pauta será positivo se as exportações do país A estiverem concentradas em mercadorias de maior expansão, ou quando a taxa de crescimento for superior à média mundial.

O efeito destino das exportações $\sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i) V_{ij}$ será positivo se o país A tiver concentrado suas exportações em mercados que experimentaram maior dinamismo no período analisado, e negativo, se concentrado em regiões mais estagnadas.

ESCOLHA DOS PADRÕES DE ANÁLISE

Mercado de destino

A especificação de um padrão de análise mais representativo da realidade é fundamental, à medida que os resultados são sensíveis a essa escolha, podendo ocorrer variações de acordo com uma ou outra definição. Como as exportações brasileiras vêm destinando-se, historicamente, para regiões diversificadas, ou seja, o país é considerado um *global trader* por comerciar com todas as grandes regiões do mundo, ainda que com relativa concentração em algumas áreas, optou-se por contemplar os principais mercados continentais, blocos econômicos e, ou, países importadores dos produtos brasileiros.

Mercadoria

As mercadorias selecionadas para análise, outro ponto importante na operacionalização do modelo CMS, foram os treze complexos agroindustriais³ que representam a quase totalidade das exportações brasileiras: soja, café, madeira, laranja, carne bovina, cacau, açúcar, fumo, algodão, castanha-de-caju, pimenta, frango e pesca.

A decomposição dos principais fatores explicativos do comportamento das exportações é feita em uma primeira fase, considerando todos os

3 Foram considerados na análise todos os subprodutos que compõem cada complexo.

complexos agroindustriais. Posteriormente, o modelo CMS é aplicado a partir da classificação de cada produto nos grupos dos agregados básicos, semimanufaturados e manufaturados. Assim, é possível determinar diferenças entre os fatores explicativos do comportamento das exportações, ao longo dos anos, entre os complexos agroindustriais e entre os agregados, identificando aspectos relacionados com mudanças de tendência na pauta.

Período de Análise

Foram considerados quatro subperíodos, cada um representando cerca de três anos, selecionados de forma a representar momentos importantes para a economia brasileira, do início dos anos 1970 até os primeiros anos da década de 1990:

Assim, tem-se:

- 1973-1975 — período inicial que representa a estrutura das exportações brasileiras nos primeiros anos da década de 1970;
- 1977-1979 — segundo período que representa a situação anterior à crise econômica do início dos anos 1980;
- 1982-1984 — terceiro período que representa o desempenho das exportações durante a crise; e
- 1989-1992 — último período que representa a situação mais recente em que as mudanças na estrutura da pauta de exportações brasileiras tornaram-se mais evidentes.⁴

Indicador de Vantagem Comparativa revelada

A partir da caracterização do setor agroindustrial brasileiro, em que emerge um padrão de inserção no comércio internacional que visa maior diversificação de sua pauta de exportações, torna-se importante veri-

5 Dada a disponibilidade de dados, nesse último período, considerou-se a média de quatro anos.

ficar como se caracteriza essa nova estrutura, ou seja, em que padrão de especialização internacional está baseada, quanto ao tipo de produto exportado.

Com esse objetivo, procede-se ao cálculo do Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) das exportações $(I_{(x)}P_i)$, definido da seguinte forma:

$$(I_{(x)}P_i) = \frac{x_i^p}{x_m^p} \bigg/ \frac{x_i^w}{x_m^w},$$

em que

$\frac{x_i^p}{x_m^p}$ é a parcela das exportações do produto i (X_i), nas exportações totais da agroindústria (x_m), do país considerado (P); e

$\frac{x_i^w}{x_m^w}$ é a parcela das exportações mundiais do produto i (x_i^w), nas exportações mundiais de produtos da agroindústria (x_m^w).

O país tem vantagem comparativa em determinado produto, quando $(I_{(x)}P_i)$ for superior à unidade.

Este indicador é calculado para cada produto e subperíodo, de forma a se caracterizar, além do padrão atual de vantagem comparativa do país, a sua evolução ao longo do tempo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Fontes de crescimento das exportações

A partir dos resultados do modelo CMS, podem-se analisar a decom-

posição dos efeitos e a contribuição de cada um no desempenho das exportações agroindustriais brasileiras e durante os quatro períodos considerados.

A Tabela 1 apresenta os resultados, quando as estimativas são feitas considerando cada produto exportado. Inicialmente, observa-se que a taxa de crescimento das exportações brasileiras só foi positiva no primeiro período, ou seja, do início ao final da década de 1970. A partir de então, as taxas foram negativas, refletindo os decréscimos ocorridos no valor das exportações da agroindústria brasileira desde o final dos anos 1970.

TABELA 1

Taxas de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras e mundiais, por produto, e fontes de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras, em %

	Períodos		
	1973/74/75	1977/78/79	1982/83/84
	1977/78/79	1982/83/84	1989/90/91/92
1. Taxas de crescimento			
· Exportações brasileiras	22,75	-7,68	-31,28
· Exportações mundiais	27,67	-28,06	34,92
2. Fontes de crescimento			
· Crescimento do comércio mundial	281,76	-368,80	73,63
· Composição da pauta de exportações	-39,77	-51,65	-57,54
· Destino das exportações	-68,67	-19,80	6,16
· Competitividade	-73,31	340,24	-122,25

O comportamento das exportações mundiais segue um ritmo de crescimento semelhante ao observado no Brasil, na década de 1970, mas sofre uma queda bem mais acentuada no início dos anos 1980. Desse período ao início dos anos 1990, a retomada do crescimento das exportações mundiais revela-se significativa à taxa de crescimento de 35%, enquanto as exportações brasileiras permanecem com tendência decrescente e mais acentuada.

A decomposição do crescimento das exportações constitui fonte de subsídios importantes para a análise dessas tendências ao longo do tempo.

PRIMEIRO PERÍODO: 1973-1975 A 1977-1979

Neste período — caracterizado por maior dinamismo das exportações agroindustriais brasileiras — o efeito crescimento do comércio mundial foi o principal fator explicativo da taxa de crescimento positiva das exportações. O incremento observado ocorreu por força de um fator externo, uma substancial expansão do comércio mundial, resultado de políticas agrícolas adotadas, desde meados dos anos 1970, pelos principais países desenvolvidos. MANOEL e BARROS (1987) mencionam, em estudo sobre as transformações da agricultura brasileira, uma taxa de crescimento anual de 7,1%, obtida pelo comércio internacional na década de 1970, e uma estimativa de apenas 1,8% para os anos 1980.

O ressurgimento das estratégias protecionistas na década de 1970, entre os países industrializados — principalmente EUA e países da UE —, o aumento da produtividade e o crescimento populacional inferior à evolução da produção são apontados como alguns fatores que geraram, em nível mundial, um excesso de estoques de produtos agrícolas que iriam provocar, nos anos 1980, grave crise de excedentes e acirrada disputa por parcelas de mercado. A expansão do produto e os incentivos à exportação, combinados com preços internacionais remuneradores, foram a base do dinamismo do mercado internacional agroexportador na década de 1970.

O desempenho das exportações brasileiras esteve, nesse período, extremamente associado a esse dinamismo do comércio internacional, efeito que superou a influência dos demais — composição da pauta, destino das exportações e competitividade —; cujas contribuições foram negativas, atuando em sentido contrário ao crescimento das exportações.

A competitividade — que estaria refletindo o efeito de um conjunto de fatores, como aumento de produtividade, ajuste da política cambial, incentivos à exportação, entre outros — apresentou o mais forte efeito negativo, significando que, mantida constante a parcela das exportações brasileiras no mercado internacional, a taxa de crescimento teria sido superior na ausência do efeito competitividade. Questões econômicas internas, discutidas a seguir, afetaram o setor agroexportador no período e estão associadas a essa influência inversa da competitividade.

A economia brasileira passou, na década de 1970, por um de seus mais

importantes ciclos de crescimento. Políticas expansionistas de gastos do governo, facilidades de crédito ao consumidor e incentivos fiscais à exportação de produtos manufaturados deram um novo impulso ao setor industrial. Os estímulos ao setor exportador, a política de desvalorização cambial e o comportamento crescente dos preços das principais *commodities* no mercado internacional estimularam o crescimento das exportações totais brasileiras, na década de 1970.

Nesse contexto, o setor agrícola também passou por um processo de modernização que privilegiou, de certa forma, os produtos destinados à exportação e aqueles utilizados como matéria-prima industrial. A principal força indutora desse crescimento foi o crédito rural, que, além da expansão da oferta, operou com taxas de juros reais negativas.

Nesse período, a agricultura abriu-se, significativamente, ao exterior. A proporção da safra exportada de 10%, no início dos anos 1960, passou para mais de 20%, na segunda metade dos anos 1970 (DIAS, 1983), embora poucos produtos tenham assumido a liderança nesse processo. A expansão do complexo soja figura como o exemplo mais evidente.

A apropriação dos incentivos e a transformação capitalista da agricultura com elevação da produtividade ocorreram em setores específicos que experimentaram grande impulso na década de 1970. No entanto, a pauta de exportações desta década permaneceu dominada por produtos tradicionais, cuja capacidade competitiva não foi significativamente afetada e, portanto, insuficiente para provocar um salto qualitativo e atuar como fator explicativo da evolução da taxa de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras.

Na verdade, considerando o grupo dos exportáveis como um todo, durante os anos 1970, a disponibilidade de crédito rural contribuiu mais para a incorporação de novas áreas ao processo produtivo do que para a elevação da produtividade (SAYAD, 1984). Analisando a agricultura de mercado interno e a agricultura de exportação de 1947 a 1985, BENEVENUTO (1989) mostra que, só a partir de 1979, a produtividade passou a dar contribuição maior ao aumento da produção que à expansão da área plantada, tanto para produtos exportáveis quanto para os de mercado interno. O rendimento médio por hectare dos exportáveis cresceu, de 1978-1980 a 1983-1985, a uma taxa anual média de 4,9%, contra uma evolução da área colhida de 1,9%, enquanto, no período anterior a 1978-1980, esses percentuais foram de 0,05% e 3,6%, respectivamente.

Além dessas questões, considera-se ainda, nesse período, o crescimento do imposto implícito ao setor primário, representado, principalmente, por tarifas alfandegárias e restrições quantitativas, que acabaram impondo limites à capacidade competitiva da agricultura brasileira de exportação. Os resultados da análise da incidência da taxação implícita na agricultura de exportação, apresentados por OLIVEIRA (1984), acrescentam que, a partir dos anos 1970, os aumentos de preços internacionais não foram repassados à exportação agrícola e uma política altamente discriminatória de subsídios às exportações tendeu a sobrevalorizar a taxa de câmbio de mercado recebida pelos exportadores agrícolas. Este autor conclui, ainda, que a agricultura de exportação tradicional — café, cacau, algodão, fumo — foi a mais penalizada.

Em síntese, apesar de o setor agroexportador ter conseguido avanços importantes relacionados com a capacitação tecnológica, estes foram de caráter localizado, não representando um novo patamar competitivo do setor como um todo. É pela expansão do comércio mundial que se pode explicar o expressivo crescimento das vendas externas dos produtos da agroindústria brasileira na década de 1970, mostrando ser este um condicionante fundamental na evolução do setor agroexportador.

SEGUNDO PERÍODO: 1977-1979 A 1982-1984

Em relação ao anterior, este período representa um ponto de inflexão no comércio internacional. A perda de dinâmica das exportações mundiais expressa-se na queda da demanda externa, em decorrência dos problemas de endividamento e escassez de divisas, além da auto-suficiência atingida pelos grandes países importadores, resultante das políticas protecionistas postas em prática nos anos anteriores. A interação desses fatores desencadeou uma tendência de queda nos preços das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional. O segundo choque do petróleo, em 1979, e a elevação das taxas de juros internacionais acentuaram o quadro depressivo do mercado externo do início dos anos 1980.

Internamente, diante da nova situação mundial, dos agravantes advindos da paralisação dos fluxos de poupança externa e do aumento do desequilíbrio do balanço de pagamentos, estratégias restritivas foram adotadas pelo Brasil para enfrentar a crise. Como consequência, a economia brasileira entra em profundo processo recessivo, e o ajustamento

externo acaba criando condições para o direcionamento da produção em direção ao mercado interno.

Os resultados da decomposição das fontes de crescimento das exportações brasileiras expressam essa mudança de tendência, à medida que se inverte o padrão de contribuição dos efeitos no desempenho das exportações neste período. O desaquecimento do comércio mundial, refletindo a retração da demanda externa, passa a ser o fator mais fortemente desfavorável ao crescimento das exportações, revelando o processo recessivo da economia mundial.

A competitividade, ao contrário, é fator de maior contribuição para explicar o crescimento das exportações do período, superada, no entanto, pelos efeitos negativos combinados do comércio mundial, principalmente da composição da pauta e do destino das exportações.

Algumas alternativas podem ser levantadas como fatores explicativos do forte efeito da competitividade desse período.

Ao final da década de 1970 e início de 1980, a política comercial brasileira passou por grandes mudanças. Observa-se expressiva redução dos subsídios à exportação — direcionados ao setor exportador de manufaturas —, por força dos ajustes fiscais e monetários requeridos para reequilibrar as contas externas e atender a pressões dos organismos internacionais General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por outro lado, após um período de prefixação cambial com desvalorizações baseadas na previsão da inflação interna, uma política cambial mais agressiva, adotada como compensação, incluiu duas maxidesvalorizações de 30% da moeda brasileira em relação ao dólar. Essa medida não causou, no entanto, grande impacto no setor agroexportador, tanto pelo seu efeito rápido em razão do acelerado processo inflacionário, quanto pela deterioração do quadro externo do momento.

Devem ser mencionadas, ainda, para o período, as restrições às exportações representadas pelos impostos aplicados nos bens agrícolas, com o propósito de evitar escassez e desabastecimento interno.

Ademais, é necessário considerar a queda dos preços das principais *commodities* brasileiras, principalmente dos produtos da agroindústria, nos três primeiros anos da década de 1980, como reflexo dos juros altos e da retração da economia mundial. Essa queda, que ocorreu em setores constituídos de produtos relativamente homogêneos, não se

traduziu em ganhos de competitividade, mas em perda de rentabilidade.

O fato marcante na evolução da competitividade foi o salto tecnológico de exportáveis agroindustriais específicos, como os setores de pasta química de madeira, papel, soja e suco de laranja. O país conseguiu ampliar espaços no mercado internacional para esses produtos, como se poderá confirmar pelos resultados dos indicadores de vantagem comparativa analisados na próxima seção.

Essa expansão da capacidade produtiva tem sua origem em decisões passadas — mais especificamente nos investimentos realizados pelo II PND (1974-1978) —, as quais privilegiavam a implantação de indústrias de bens de capital e produtos intermediários, substitutivos de importações.

Segundo CASTRO e SOUZA (1985), os grandes programas setoriais desenvolvidos na estratégia de 1974 tiveram a função de aliviar o estrangulamento externo no momento do colapso da capacidade de importar, ocorrido de 1979 a 1982, considerada uma crise mais aguda que a de 1973-1974.

Fatalmente, o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, atingiu a economia brasileira em pleno período do “milagre econômico” (1968-1973), quando a taxa de crescimento do PIB alcançou o recorde de 10% a. a. Nesse momento, a política econômica interna — ao contrário da adotada por outros países não-produtores de petróleo — optou pela continuidade do crescimento econômico, no caso, pela implementação dos projetos constantes do II PND, por meio do endividamento externo que financiaria também as importações de petróleo.

A estratégia adotada foi a de uma economia em desenvolvimento, que decidiu não provocar uma recessão como meio de lidar com a adversidade externa (BACHA, 1984), ou seja, a decisão foi a de isolar o país da crise energética mundial, mantendo a proposta de constituição de uma moderna economia industrial. Como consequência, o endividamento externo aumentou mais de 150%, no período de 1974-1978 (PFEIFER, 1990).

Políticas restritivas só iriam ser adotadas a partir do final de 1979 e início de 1980, com a segunda crise do petróleo, e incluíram, além de outras medidas, corte de investimentos e elevação das taxas de juros

internas.

Fenômenos ocorridos na economia brasileira em 1983-1984 — como eliminação do déficit em transações correntes, reconstituição das reservas externas e arrefecimento do galopante crescimento da dívida — foram, para CASTRO e SOUZA (1984), resultados da maturação dos investimentos do II PND, que possibilitaram a constituição de um parque industrial competitivo, visando à conquista de novos espaços no mercado externo. O valor das exportações passou então a representar quase o dobro do valor das importações. No caso da agroindústria, os complexos soja — farelo —, *citrus* — suco de laranja —, e madeira — pasta química e papel. É importante observar que os produtos que permitiram a geração de excedentes exportáveis são de origem manufaturada, ou seja, incorporam algum grau de industrialização. Por certo, esse fato está associado ao processo de mudança que vem ocorrendo na estrutura da pauta de exportações da agroindústria brasileira.

Os relatórios do Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira comprovam as intensas transformações ocorridas no setor produtivo agroindustrial. O apoio institucional do Estado à indústria de papel e celulose, nos anos 1970 (JORGE, 1993), oferecendo diferentes tipos de subsídios — incentivos fiscais, importação de equipamentos, empréstimos a juros subsidiados e apoio à pesquisa científica e tecnológica —, constituiu forte estímulo à execução de projetos de expansão e melhoria de eficiência das unidades produtivas, com forte orientação exportadora.⁶

Esse relatório apresenta também uma análise do desempenho da indústria de suco de laranja concentrado no Brasil (LIFSCHITZ, J. A., 1993) e mostra sua estreita associação com a dinâmica exportadora com crescimento exponencial, após a primeira crise do petróleo. A intervenção do Estado, nesse período, por meio de políticas de preço e estocagem, consolidação de uma rede pública de pesquisas voltadas para o setor, e incentivos financeiros à produção e industrialização, foi fator determinante na elevação da competitividade da indústria brasileira de suco de laranja concentrado.

Quanto ao complexo soja, a política dos anos 1970 estimulou a expansão da indústria doméstica de esmagamento e promoveu a exportação dos derivados em detrimento do grão, que seria retido como matéria-

1 Documentos elaborados por IE/Unicamp - IEI/UFRJ - FDC - Funcex.

prima para a indústria (SANTANA, 1984).

De maneira geral, a proteção industrial aumentou a industrialização de bens agrícolas. Reduziram-se as exportações de matérias-primas, cedendo espaço para os agroprocessados como café industrializado, farelo e óleo de soja, manteiga de cacau e pó-de-cacau, entre outros (CARVALHO, 1989).

Essas evidências ajudam a explicar a alta participação do efeito competitividade como fonte de crescimento das exportações brasileiras nesse período recessivo. Apesar do decréscimo do valor exportado pela agroindústria brasileira (-7,7%), a queda foi bem inferior à registrada em nível mundial (-28,0%) e teria sido mais acentuada na ausência do efeito competitividade, porque o efeito crescimento do comércio mundial foi extremamente negativo, assim como os efeitos composição da pauta e destino das exportações, estes dois últimos, de menor magnitude.

Com relação ao destino das exportações, embora com sinal inverso, dá-se com peso menor do que no período anterior, indicando certo sentido de direcionamento das exportações agroindustriais para mercados mais dinâmicos.

TERCEIRO PERÍODO: 1982-1984 A 1989-1992

Nesse último período, a principal fonte de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras volta a ser o crescimento do comércio mundial, o que reflete a reversão da situação depressiva mundial e a recuperação do comércio internacional, que se manifesta desde 1984 e está expressa na evolução da taxa de crescimento das exportações que passa de -28,0%, em 1982-1984, para 34,9%, em 1989-1992.

Esse expressivo crescimento está efetivamente relacionado com políticas adotadas nos anos 1980, pelos principais países desenvolvidos. A grande formação de estoques agrícolas — principalmente pelos EUA e UE — foi uma decorrência das políticas de proteção ao setor e das rápidas mudanças tecnológicas que provocaram aumento de produtividade e, conseqüentemente, de excedentes de produção. Segundo a fonte OCDE (1987, 1988), citada por JANK (1990), entre os períodos de 1979-1981 e 1984-1986, o custo das políticas agrícolas aumentou, em média, 119% no Canadá, 174% nos EUA e 40% na UE. Na década de 1980, vários programas de incentivos diretos às exportações foram

criados por esses países, para escoar os excedentes de produção no mercado externo. As despesas governamentais da UE e dos EUA, para garantirem os mercados agrícolas, estão em torno de US\$ 50 bilhões por ano.

Goldin & Knudsen, citados por HOMEM DE MELO (1993), apresentaram evidências empíricas, indicando que o conjunto das políticas intervencionistas da UE, dos EUA e do Japão provocou um rebaixamento artificial nos preços dos produtos agrícolas, no mercado internacional.

Vários estudos desenvolvidos no início da década de 1990 estimaram os efeitos da liberalização comercial nos países desenvolvidos. BRANDÃO e MARTIN (1993) fizeram uma análise comparativa dos resultados desses estudos e concluíram que, mesmo havendo variações consideráveis entre eles, havia alguns padrões consistentes. Eliminada a proteção à agricultura, a oferta dos países desenvolvidos cai, e a previsão é de aumento dos preços mundiais de várias *commodities*, em diferentes graus.

Em síntese, há claras evidências que mostram a relação entre intervenção governamental nos fluxos de comércio dos países desenvolvidos e altas taxas de crescimento das exportações mundiais nesse período.

Outra questão a ser considerada é que mostra a economia mundial, apesar de ter-se expandido sensivelmente no período que se seguiu à recessão, chegando a crescer mais de 4% em 1988, passa por outro surto recessivo a partir de 1989, de natureza diferente, mas que implica, da mesma forma, uma queda de demanda pelos produtos de exportação (NONNEMBERG *et alii*, 1994). Políticas monetárias mais rígidas foram adotadas nas principais economias do mundo, dada a retomada da inflação, o que trouxe, como consequência, uma desaceleração da atividade econômica. A taxa de crescimento do produto real dos países da OCDE caiu de 4,2%, em 1988, para 2,3%, em 1990 (BRANCO *et alii*, 1992).

Assim, o efeito do comércio mundial sobre as exportações brasileiras, apesar de significativo, é de magnitude inferior àquela observada no primeiro período analisado, em razão desses reveses ocorridos em determinados anos do período.

A economia brasileira, na primeira metade dos anos 1980, sofreu os impactos do setor externo e os decorrentes da recessão interna. Na segunda metade, observaram-se um expressivo aumento dos gastos pú-

blicos e da inflação e redução da capacidade arrecadadora do Estado. Os vários planos econômicos, em prática desde 1986, não conseguiram atingir a meta de estabilização de preços. O programa básico de reformas estruturais de 1990, que consistia de liberalização gradual do comércio exterior, retomada das relações com a comunidade financeira internacional, privatização de empresas públicas, desregulamentação da economia, liberalização dos preços e programas de qualidade e produtividade (OLIVEIRA e SILVA, *et alii*), obteve êxitos parciais, porém insuficientes para se alcançar estabilidade econômica.

Enfim, a crise macroeconômica brasileira, que perdurou, com raras exceções, durante toda a década de 1980 e início dos anos 1990, criou restrições ao aproveitamento das oportunidades abertas no mercado internacional, no momento em que a economia mundial voltava a crescer e oferecia perspectivas de crescimento ao setor exportador brasileiro. Embora os efeitos do crescimento do comércio mundial e do destino das exportações tenham sido positivos — o último relativamente menor —, a taxa de crescimento das exportações brasileiras, ao contrário da mundial, permaneceu negativa e de valor absoluto maior que o do período anterior: -31,3%.

O principal fator desacelerador do desempenho das exportações foi a competitividade, ou seja, mantida a participação no mercado internacional, a taxa de crescimento das exportações brasileiras teria sido crescente ou decrescente em menor proporção, se tivessem existido condições de competitividade.

Por ser um indicador que reflete a interação de diferentes fatores, alguns aspectos são analisados e associados ao seu comportamentos neste período.

Observou-se, na economia brasileira, após a interrupção dos fluxos de poupança externa no início dos anos 1980, uma inversão em termos de transferências líquidas ao exterior, e o país passou à condição de exportador líquido de capitais. Como conseqüência, houve queda de investimentos que, combinada com a plena utilização da capacidade instalada atingida em 1986 (PFEIFER, 1990), impôs uma restrição ao crescimento da produtividade e, por conseqüência, da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Ganhos de produtividade foram registrados, mas em setores específicos, ou seja, não se caracterizaram como um fenômeno geral. Acrescenta-se, ainda, o

fato de que, entre os principais países exportadores, ocorreram significativos ganhos de produtividade, em razão do modelo de forte uso de capital intensivo que fundamentou os programas de incentivo à produção.

A discussão da competitividade do setor agroindustrial remete, novamente, à questão da taxação implícita já abordada na análise do primeiro período. Evidências empíricas mais recentes (PINHEIRO e ALMEIDA, 1993) reafirmam a histórica proteção do setor industrial, acrescentando que, em nenhuma das reformas tarifárias implementadas — 1967, 1988 e 1990-1993 —, houve significativa ruptura deste padrão. Segundo esses autores,

os setores *mais modernos*, ou de maior intensidade tecnológica, conquistaram, progressivamente, espaço entre os mais protegidos, particularmente, a partir de 1988 e 1990.

A discriminação tarifária entre as atividades agrícola e industrial é também destacada nos resultados do trabalho de KUME (1995). Argumenta-se que as tarifas aduaneiras incidentes nos produtos agrícolas são insuficientes para compensar os subsídios à agricultura fornecidos pelos EUA e pela UE, ou seja, o setor agrícola recebe um nível de proteção inadequado, diante dos produtos externos apoiados pelos governos locais.

As barreiras não-tarifárias — qualidade, sanidade, entre outras — dos produtos exportados pela agroindústria vão se tornando também cada dia mais rigorosas, influenciando a competitividade externa do setor.

O contexto de preços internos mais atraentes que o vigente no mercado internacional foi outro fenômeno relacionado com comportamento do setor agrícola nos anos 1980, de retomada de crescimento da produção de bens de consumo doméstico. A relativa recuperação dos salários e contração dos preços públicos, no período de 1985 a 1988, tiveram também influência na demanda desses bens. Somando-se, ainda, a elevação dos termos de troca na agricultura, a consequência foi o redirecionamento da produção para o mercado interno em detrimento das exportações.

A menor competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional é ainda reflexo do comportamento da taxa de câmbio real, de meados da década de 1980 a início da de 1990. Em linhas gerais, este se caracterizou pela instabilidade, com tendência clara de defasagem

cambial, ocorrendo períodos de acentuada sobrevalorização que afetou, sensivelmente, a competitividade das exportações brasileiras. HOMEM DE MELO (1993), comparando as taxas médias de câmbio real de 1985 com as de março de 1990, concluiu que a moeda brasileira teve uma valorização de 56,3%, frente ao dólar norte-americano, e de 45,1% frente à cesta de moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Na verdade, o valor real das exportações totais brasileiras apresentou, neste último período, comportamento estável, com ligeira tendência de crescimento. O valor real exportado pela agroindústria, entretanto, foi sempre decrescente. Esses resultados dão indicações de que o setor industrial teve condições de suportar melhor a sobrevalorização que o agroindustrial. Características específicas de diferenciação de produtos, segmentação de mercados, entre outras, conferem ao setor industrial maior margem de competitividade e maior capacidade de absorver e internalizar as variações de preços resultantes da defasagem cambial.

De importância nos resultados desse último período, destaca-se o fato de ter sido a competitividade um fator relacionado com políticas internas o principal responsável pela queda das exportações. Isso abre possibilidades de atuação na conquista de maiores parcelas de mercado em um contexto de crescimento do comércio mundial, recuperando a importância do setor agroexportador como elemento-chave para políticas de desenvolvimento e equilíbrio das contas externas.

O efeito composição da pauta apresentou, nos três períodos analisados, resultados semelhantes em magnitude e sempre negativos, ou seja, contribuiu para desacelerar o crescimento das exportações brasileiras, revelando que a pauta de exportações permaneceu concentrada em produtos de crescimento mais lento, em relação ao mercado mundial. Embora venham ocorrendo mudanças na estrutura da pauta, com tendência clara de maior participação de produtos com mais alto grau de transformação industrial, essas não se consolidaram definitivamente e, em termos de peso relativo, revelaram-se insuficientes para explicar o diferencial de variação na taxa de crescimento das exportações, nos períodos analisados, mantendo, no agregado, uma contribuição negativa e estável quando se procede à decomposição dos efeitos.

Os resultados referentes às fontes de crescimento das exportações, quando os produtos são agregados em básicos, semimanufaturados e manufaturados — conforme dados da Tabela 2 —, não apresentam variações dos resultados obtidos na estimativa por produto. As diferenças ocor-

rem quanto à magnitude de alguns coeficientes, sendo as mais acentuadas correspondentes aos efeitos crescimento do comércio mundial e competitividade. Por exemplo, no primeiro período, o efeito crescimento do comércio mundial permanece positivo e forte, porém mais reduzido quando a análise é feita por agregado e o efeito competitividade permanece negativo, mas também menos acentuado, ou seja, tem contribuição relativamente menor para reduzir as exportações.

No segundo período, os resultados relativos aos três agregados não apresentaram diferenças significativas em relação aos estimados por produto.

No último período, ocorre o inverso observado para o primeiro. O efeito crescimento do comércio mundial permanece positivo, mas magnificado, em outros termos, tem uma contribuição maior no sentido de aumentar a taxa de crescimento das exportações. O efeito competitividade é também superior em termos absolutos e permanece negativo, contribuindo mais fortemente para o sentido inverso, ou seja, para o decréscimo das exportações.

Quanto ao efeito comércio mundial, as diferenças ocorrem em razão de variabilidade nas estimativas do coeficiente η que representa a variação média das exportações mundiais dentro de cada período. No primeiro, o valor desse coeficiente por produto apresentou maior amplitude de variação, e a média resultante foi superior à estimada para os agregados cujos índices individuais foram menores, mais estáveis e resultaram em média inferior. Assim, o efeito do comércio mundial é um pouco mais acentuado quando se considera cada produto exportado. No terceiro período, ocorre o inverso, e o peso deste efeito é atenuado nas estimativas por produto.

TABELA 2

Taxas de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras e mundiais, por agregado, e fontes de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras, em %

	Períodos		
	1973/74/75	1977/78/79	1982/83/84
	1977/78/79	1982/83/84	1989/90/91/92
1. Taxas de crescimento			
· Exportações brasileiras	22,75	-7,68	-31,28
· Exportações mundiais	27,67	-28,06	34,92
2. Fontes de crescimento			
· Crescimento do comércio mundial	120,12	-352,12	115,60
· Composição da pauta de exportações	32,24	-32,98	-19,20
· Destino das exportações	-33,69	-27,10	7,00
· Competitividade	-18,67	312,19	-203,40

O efeito competitividade apresentou peso relativo menor no sentido inverso ao crescimento das exportações, quando as estimativas foram feitas por agregado no primeiro período e, mais acentuado, no terceiro. Essas diferenças são devidas às variações de ganhos e perdas de competitividade que vão ocorrendo ao longo do tempo e que não são homogêneas nem generalizadas. Quando se considera uma pauta de produtos muito diversificada em um período de tempo mais longo, como neste estudo, há maior probabilidade de ocorrerem diferenças entre as estimativas quando estas se referem a cada produto, mas podem ser atenuadas ou acentuadas à medida que se procede à agregação.

Na verdade, o mais relevante e fundamental é a permanência do mesmo padrão dos resultados na explicação do comportamento das exportações brasileiras nos dois procedimentos alternativos.

Em síntese, da análise dos resultados das fontes de crescimento das exportações brasileiras da agroindústria, fica clara a importância relativa de dois fenômenos: um de natureza exógena, que é o comportamento da demanda externa —efeito crescimento do comércio mundial—, e outro, que representa a interação de um conjunto de fatores internos, que é a competitividade relativa. Neste aspecto o país tem conseguido avanços significativos em determinados setores que têm se tornado mais competitivos internacionalmente.

Os resultados dos indicadores de Vantagem Comparativa Revelada, discutidos a seguir, mostram esse fenômeno: a evolução do desempe-

nho das exportações brasileiras por produto da agroindústria, em relação à evolução ocorrida em nível mundial.

INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

Os resultados — apresentados, a seguir, na Tabela 3 — quantificam o peso relativo das exportações de cada produto na pauta de exportações da agroindústria brasileira em relação à situação ocorrida em nível mundial. Pode-se observar, também, o quadro evolutivo da vantagem comparativa desses produtos, ao longo do período analisado.

Dos vinte produtos incluídos, os índices referentes ao último período — 1989-1992 — são superiores à unidade — o que indica vantagem comparativa internacional em nove casos: suco de laranja, farelo de soja, óleo de soja, cacau em pasta, café em grão, café solúvel, soja em grão, fumo e manteiga de cacau. Os maiores valores referem-se ao suco de laranja, 11,5, e ao farelo de soja, 6,5. Os produtos cacau bruto e açúcar bruto apresentam indicadores de vantagem comparativa iguais à unidade. Esses resultados revelam que, apesar da tendência de diversificação da composição da pauta de exportações da agroindústria brasileira, o País permanece com um padrão de especialização com dominância de produtos tradicionalmente exportados.

A análise evolutiva, no entanto, confirma aspectos importantes: os complexos cacau e café — produtos e subprodutos —, exportáveis tradicionais, apesar de não apresentarem índices inferiores à unidade, sofreram redução ou mantiveram estabilidade nos últimos períodos considerados, o que confirma a perda de vantagem comparativa no mercado internacional.

TABELA 3

*Indicadores de Vantagem Comparativa Revelada
por produto da agroindústria*

Produtos	Períodos			
	1973-1976	1977-1979	1982-1984	1990-1992
Suco de laranja	2,182	7,233	9,132	11,464
Farelo de soja	3,796	6,031	4,899	6,532
Óleo de soja	0,742	3,172	3,111	3,718
Cacau em pasta	2,663	6,190	7,730	3,714
Café em grão	4,381	2,878	3,106	3,256
Café solúvel	4,860	6,475	4,540	3,037
Soja em grão	2,644	0,838	0,633	2,974
Fumo	0,623	1,130	1,496	2,284
Cacau (manteiga)	2,433	1,829	1,934	2,282
Cacau (bruto)	1,627	2,083	1,177	1,029
Açúcar (bruto)	2,265	0,678	0,472	1,002
Pasta química de madeira	0,007	0,174	0,516	0,792
Peles e couros	0,105	0,113	0,297	0,776
Acúcar refinado	0,292	0,880	0,893	0,775
Carne bovina industrializada	0,394	0,135	1,023	0,769
Algodão bruto	0,748	0,108	0,253	0,345
Tecidos	0,176	0,198	0,273	0,327
Carne bovina fresca cong./resfriada	0,214	0,031	0,170	0,159
Papel	0,012	0,044	0,121	0,159
Algodão em fios	0,080	0,151	0,162	0,125

Farelo de soja e soja em grão apresentaram tendência irregular no comportamento dos indicadores de vantagem comparativa, mas, na última década, foram crescentes.

Merece atenção a evolução positiva dos índices estimados para suco de laranja nos quatro períodos, reafirmando a significativa expansão de suas exportações, de forma mais acentuada, a partir de final da década de 1970. Ao considerar cada produto individualmente, o suco de laranja oscila atualmente entre o segundo e o terceiro lugar na pauta de exportações da agroindústria brasileira.

Resultado semelhante observa-se para o fumo, cujos indicadores são sempre crescentes, embora em menor magnitude.

Entre os produtos da agroindústria brasileira, cujos indicadores de vantagem comparativa são inferiores à unidade, é importante destacar alguns aspectos. Para um grupo deles, além dos indicadores estimados

terem atingido, no último período, valores próximos de um, o que pode ser considerada uma situação de *quase especialização*, apresentaram, ao longo do período, uma excepcional evolução crescente. É o caso de pasta química de madeira, peles e couros, açúcar refinado e carne bovina industrializada. Também com comportamento ascendente em todo o período analisado, mas com valores bem inferiores à unidade, observam-se os índices referentes a papel e tecidos.

Tais resultados, além de indicarem espaços potenciais de crescimento das exportações brasileiras, confirmam a tendência de mudanças na estrutura da pauta para maior sofisticação tecnológica e a participação crescente de produtos com mais elevado grau de transformação industrial.

Esse fenômeno fica também evidenciado, com clareza, na análise da evolução dos indicadores de vantagem comparativa quando os produtos são classificados em básicos, semimanufaturados e manufaturados, conforme dados da Tabela 4, a seguir. Observa-se tendência de redução dos índices referentes aos produtos básicos nos vários períodos, que, no entanto, permanecem superiores à unidade, ou seja, com peso na pauta de exportações brasileiras superior ao observado na pauta mundial, reforçando a permanência do padrão de especialização da agroindústria brasileira.

4

*Indicadores de vantagem comparativa revelada,
por agregado da agroindústria brasileira*

Agregados	Períodos			
	1973-1975	1977-1979	1982-1984	1990-1992
Básicos	1,831	1,181	1,034	1,161
Semimanufaturados	0,663	1,516	1,626	1,760
Manufaturados	0,233	0,464	0,626	0,552

Trajetória inversa ocorre com os semimanufaturados e manufaturados,

cujos valores são crescentes ao longo do tempo. Alteração mais significativa é observada para os semimanufaturados, cujos indicadores passaram a valores superiores à unidade desde o final da década de 1970, indicando ganho de vantagem comparativa. No caso dos manufaturados, a tendência é crescente, porém menos acentuada, e o valor do coeficiente permanece inferior à unidade, o que indica o sentido da evolução, mas não chega a caracterizar uma situação de vantagem comparativa internacional.

Os produtos que tiveram maior influência no crescimento dos indicadores relativos aos produtos semimanufaturados foram, sem dúvida, a pasta química de madeira e os subprodutos peles e couros, cujos coeficientes apresentaram maior crescimento, como mencionado anteriormente.

Dos produtos classificados como manufaturados, o suco de laranja apresentou aumento expressivo nos indicadores de vantagem comparativa ao longo do tempo, o mesmo acontecendo com tecidos e papel, em proporções inferiores. Mas, ao mesmo tempo, outros produtos deste grupo apresentaram redução dos coeficientes ou estes permaneceram estáveis, o que atenuou a intensidade de crescimento do indicador de vantagem comparativa dos manufaturados.

Esses resultados, da mesma forma que os obtidos por produto, são reveladores da mudança por que vem passando a estrutura da pauta agroexportadora brasileira na direção de maior crescimento da participação de produtos industrializados — semimanufaturados e manufaturados. Essas mudanças, embora sinalizem uma nova natureza de inserção comercial do Brasil na economia mundial, caracterizam um processo que está em curso e não um padrão consolidado de desenvolvimento da agroindústria brasileira.

CONCLUSÕES

O menor dinamismo das exportações agrícolas brasileiras — do final da década de 1970 ao início do anos 1990 — foi acompanhado de mudança na composição da pauta, em termos de uma tendência crescente de participação de produtos com maior grau de transformação indus-

trial, ou seja, de *modernização* de sua estrutura.

A evolução dos indicadores de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) confirma esse quadro geral. Os complexos cacau e café — produtos e subprodutos exportáveis tradicionais — perderam vantagem comparativa no mercado internacional, embora tenham permanecido com índices superiores à unidade. Os maiores valores referem-se a suco de laranja e farelo de soja. Pasta química de madeira, peles e couros, carne bovina industrializada, papel e tecidos apresentaram, ao longo do período, índices evolutivos também crescentes.

Entre os agregados, a evolução do indicador de VCR dos produtos básicos foi decrescente, mas o valor permaneceu superior à unidade. Ao contrário, os índices referentes aos semimanufaturados e manufaturados tiveram comportamento crescente, os primeiros atingiram valores superiores à unidade desde o final da década de 1970.

Apesar dessas evidências caracterizarem uma nova natureza de inserção comercial do setor agroexportador no mercado mundial, não permitem conclusão definitiva sobre a consolidação de um novo padrão de especialização, senão a caracterização de um fenômeno que está em curso, dada a permanência, com relativa importância na pauta, de produtos básicos tradicionalmente exportados. São, no entanto, resultados que sinalizam a linha de tendência do fluxo do comércio agroexportador brasileiro e que revelam os espaços potenciais para o crescimento do capital agroindustrial no mercado externo.

A análise das fontes de crescimento das exportações mostrou a importância do crescimento do comércio mundial e da competitividade no desempenho das exportações agroindustriais brasileiras. A contribuição dessas variáveis ocorreu, no entanto, em todos os períodos analisados, em sentidos opostos, ou seja, quando o principal fator explicativo do crescimento das exportações foi o melhor desempenho do mercado mundial, o efeito da competitividade atuou em sentido inverso, e vice-versa.

Das evidências empíricas obtidas, algumas questões merecem ser destacadas como fundamentais ao processo de ampliação das possibilidades de crescimento do setor agroexportador brasileiro.

A dinâmica do comércio mundial é determinante essencial do desempenho do comércio externo do País. A economia brasileira, no entanto, não tem conseguido aproveitar as fases de dinamismo das economias mais avançadas para ampliar sua participação no comércio mundial.

O principal condicionante a uma inserção internacional mais agressiva tem sido a permanência de fenômenos conjunturais, associados à instabilidade macroeconômica, os quais determinam a imposição de políticas restritivas ao crescimento dos investimentos, do produto e dos fluxos de comércio. A conquista de melhor posição no mercado internacional tem como pré-condição a consolidação de um ambiente macroeconômico estável, fundamental também para a maior competitividade das exportações brasileiras. É importante e estratégico o fato de a competitividade ser um fator interno, assim como é o destino das exportações, o que reforça a eficácia de uma política comercial ativa para o setor exportador. Esse último efeito, ainda que com importância relativa bem menor, apresentou comportamento crescente ao longo do período, indicando o direcionamento das vendas externas para mercados mais dinâmicos.

O efeito composição da pauta não foi, em nenhum período, favorável ao crescimento das exportações, apesar das mudanças estruturais ocorridas, que, pelo caráter localizado e específico em determinados subsectores, revelaram-se de pequeno impacto global.

A expansão da capacidade tecnológica aparece como caminho viável para a consolidação de vantagens comparativas já adquiridas em setores tradicionais, na sua ampliação em setores que sinalizam espaços potenciais e na exploração de novas vantagens comparativas em nichos de mais alta tecnologia.

Assim, o estímulo ao setor exportador não é só resultado direto do dinamismo do comércio internacional, mas também do esforço de desenvolvimento de estratégias que permitem conseguir participação nesse comércio.

Nesse sentido, além da pressuposta obtenção de um quadro de estabilidade macroeconômica que permita a atuação em ambiente de maior previsibilidade, é fundamental levar em conta a necessária reestruturação do setor produtivo nacional. Em uma economia diversificada como a brasileira, em que não existe uma divisão rigorosa entre bens domésticos e exportáveis, já que estes são também consumidos internamente, há possibilidade de direcionar a produção para atendimento do mercado interno, com orientação exportadora, de forma a aproveitar as oportunidades abertas para a maior integração do capital agroindustrial nos fluxos mundiais de mercadorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. B. {Indicadores de competitividade para a indústria brasileira no período 1974/91”, in: *Perspectiva da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA, 1993, vol. 1, cap. 18, pp. 359-396.
- BACHA, L. E. “Choques externos e perspectivas de crescimento: o caso do Brasil - 1973/89”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 14(3) dez./1984, pp. 583-622.
- BENEVENUTO, A. “Agricultura de mercado interno versus agricultura de exportação: caracterização e tendências”, in Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 22, Piracicaba, SP, 24 a 28 de julho de 1989. *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, 1989, pp. 610-634.
- BRANCO, F. de C. *et alii*. “O ambiente econômico internacional e suas perspectivas”, in *Perspectiva da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA, 1992, pp. 177-206.
- BRANDÃO, A. S. P. & MARTIN, W. J. “Implications of agricultural trade liberalization for the developing countries”, in *Agricultural Economics*, Amsterdã, 8(1):313-43, Jun. 1993.
- BROWN, H. J. “Shift and share projections of regional economic growth: an empirical test”, *Journal of Regional Science*, 9:1-17, 1969.
- CARVALHO, J. L. “Choques externos e a resposta interna: ‘Semeando vento e colhendo tempestade’ na agricultura brasileira”, in *Revista Brasileira de Economia*, 43(2):abr./jun. 1989, pp. 139-175.
- CASTRO, A. B. de & SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 217p.

- DIAS, G. L. S. & BARROS, J. R. M. "Fundamentos para uma nova política agrícola", "Coleção Análise e Pesquisa", 26:nov./1983.
- DIAS, G. L. S. "O papel da agricultura no processo de ajustamento". in Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 27, Piracicaba, SP, 24 a 28 de julho de 1989. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, 1989, pp. 310-317, (Nota adicional).
- GOLDIN, I. & RESENDE, G. C. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*, Rio de Janeiro, IPEA, "Série IPEA, 138", 1993. 119p.
- GONÇALVES, R. "Competitividade internacional, vantagem comparativa e empresas multinacionais: o caso das exportações brasileiras de manufaturados", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 17 (2):411-436, ago. 1987.
- HOMEM DE MELO, F. B. "A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra", in *Revista Brasileira de Economia*, 33 (1): 25-63, jan./mar. 1979.
- "Análise das principais variáveis econômicas", in *A agropecuária paulista, a liberalização comercial e o Mercosul*, São Paulo, SEPLAN - SP/FIPE, 1993, pp. 3-35.
- HORTA, M. H. T. "Fontes de crescimento da exportações brasileiras na década de 70", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 13 (2): 507-542, ago. 1983.
- HORTA, M. H. T.; Waddington, S. & SOUZA, C. F. de. "Fontes de crescimento das exportações brasileiras na década de 80", in: *Perspectiva da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA, 1993, vol. 1, cap. 12, pp. 231-246.
- JANK, M. S. "Mudanças no padrão de crescimento e dinâmica de ajuste

externo do setor agroindustrial”, in Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 28, Florianópolis, julho 1990, *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Florianópolis, 1990, pp. 297-307.

. “As safras agrícolas e o risco das importações de grãos”, *Preços Agrícolas*, (93): 4-6, jul. 1994.

JORGE, M. M. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*, Campinas, MCT/FINEP/PADCT, 1993 (Nota técnica setorial do complexo “Papel e Gráfica - Celulose).

KUME, H. “A liberalização das importações de produtos agrícolas: a experiência dos anos 90”, in TEIXEIRA, E. C. & AGUIAR, D. R. D, (ed.), *Comércio internacional e comercialização agrícola*, Viçosa, UFV, Impr. Univ., 1995, cap. 8, pp. 177-197.

LEAMER, E. E. & STERN, R. M., *Quantitative internacional economics*, Boston, Massachusetts, Allyn and Bacon, cap. 7, pp.171-183, 1970.

LOPES, M. R. “As políticas macroeconômicas e o setor agrícola”, in Seminário sobre Problemas e Perspectivas da Agricultura Brasileira, Piracicaba, 1987, ESALQ/FEALQ, Piracicaba, São Paulo, p. 66-78.

LIFSCHITZ, J. A. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, MCT/FINEP/PADCT. 1993. 66p. (Competitividade da indústria de suco de frutas).

MAINON, D. *et alii*. “Agricultura e ajustamento externo: o papel das culturas de substituição de importação”, in Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 29, Campinas, agosto, 1991, *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Campinas, 1991, pp. 60-82.

MANOEL, A. & BARROS, J. R. M. “Agricultura brasileira: transformação

- e perspectiva na década de 80”, Salvador, in Encontro Nacional de Economia, 15, dez. 1987.
- NONNEMBERG, M. J. B. *et alii*. “O cenário econômico internacional e as perspectivas da economia brasileira”, in *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA. 1994. vol. 1, pp. 173-196.
- OLIVEIRA, J. C. “Incidência da taxaço implícita sobre produtos agrícolas no Brasil: 1950/74”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 14 (2): 399-452, ago. 1984.
- OLIVEIRA E SILVA, A. B. *et alii*. “Retrospectiva da economia brasileira”, in *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA, 1993, pp. 13-41.
- PAULA, N. de. “O mercado internacional e os desafios para a agricultura brasileira”, *Economia*, (17):39-48, 1993.
- PFEIFER FILHO, A. “Agricultura e o ajuste do setor externo: Brasil - décadas de 70 e 80”, Piracicaba, ESALQ/USP, 1990. 116p. Tese MS.
- PINHEIRO, A. C. & ALMEIDA, G. B. “Padrões setoriais da proteção na economia brasileira”, in TEIXEIRA, E. C. & AGUIAR, D. R. D. (eds.), *Comércio internacional e comercialização agrícola*, Viçosa, UFV, Impr. Univ., 1995, cap. 9, pp. 199-239.
- RESENDE, G. C. “Ajuste externo e agricultura no Brasil, 1981-86”, in *Revista Brasileira de Economia*, 42(2):101-37, abr.-jun./1988.
- RICHARDSON, J. D. “Constant-Market-Shares analysis of export growth”, *Journal of International Economics*, 1:227-239, 1971.
- SANTANA, C. A. M. “The impact of economic policies on the soybean

sector of Brazil: an effective protection analyses", University de Minnesota, dezembro 1984, 291p. Tese PhD.

SAYAD, J. *Crédito rural no Brasil*, São Paulo, FIPE/PIONEIRA, 1984. 125p.

STERN, R.M. *Foreign trade and economic growth in Italy*, Nova York, Frederic A. Praeger, 1967. Ch. 2.

TYLER, W.C. *Manufactured export and industrialization in Brazil*, Tübingen, J. C.B., Mohr (Paul Siebeck), 1976.